

ASSESSORIA JURÍDICA

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2016.01.04.17

RELATÓRIO:

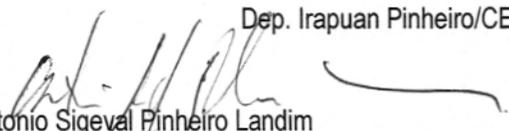
A Comissão de Licitação, deliberou, nos autos do processo licitatório referente a **LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, SITUADO NA AV. FILOMENA VIEIRA, SEDE DO MUNICÍPIO DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO**, sugerindo que o mesmo objeto daquele procedimento, se efetivasse através de Dispensa de Licitação nº **2016.01.04.17** por se tratar da hipótese prevista no Art. 24, inciso X, bastando para tanto a sua locação imediata, após publicação de tal procedimento, observados preços e condições compatíveis com os praticadas.

PARECER:

É Contraditória a questão "fazer-se ou não" processo licitatório, quando ocorre tal situação, ou seja, a **LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, SITUADO NA AV. FILOMENA VIEIRA, SEDE DO MUNICÍPIO DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO**, recai em determinada pessoa. À luz da Lei nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98, a licitação é indispensável, em regra, devendo somente em raríssimas exceções haver Dispensa ou Inexigibilidade, caso em que deverá ser justificada, sendo o processo cabível instruído das razões que levaram a tal procedimento, bem como, a cautela na escolha da pessoa jurídica e compatibilidade do preço em relação ao mercado regional e local.

Verificando-se a documentação acostada aos autos do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 2016.01.04.17, destinado a **LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, SITUADO NA AV. FILOMENA VIEIRA, SEDE DO MUNICÍPIO DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO**, e estando este de acordo com os ditames da Lei Nº 8.666/93 e suas demais alterações, especialmente o inciso X do Art. 24 cumprindo o rito estabelecido pelo Art. 26, seu parágrafo único e inciso do mesmo diploma legal é da opinião que se proceda a **PUBLICAÇÃO**, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Dep. Irapuan Pinheiro/CE, 04 de Janeiro de 2016.


Antonio Sigeyal Pinheiro Landim
OAB/CE N.º3706
Assessor Jurídico